

## 5. Perspectivas do serviço social no âmbito da política de educação

Eliana Bolorino Canteiro Martins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, EBC. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania* [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Perspectivas do serviço social no âmbito da política de educação. pp. 209-252. ISBN 978-85-3930-243-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 5

# PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

*“Devemos compreender de modo dialético a relação entre a educação sistemática e a mudança social, a transformação política da sociedade. Os problemas da escola estão profundamente enraizados nas condições globais da sociedade.”*

(Paulo Freire, 1987)

### **Serviço social: o projeto profissional hegemônico**

Para refletir sobre a prática profissional dos assistentes sociais no âmbito da política de educação pública municipal, é necessário resgatar, sucintamente, o significado dessa profissão no processo histórico e compreender o parâmetro ético-político profissional hegemônico na profissão explicitados no Código de Ética Profissional de 1993 e no Projeto de Formação Profissional conduzido pela Abepss.

Tendo como pressuposto a visão marxista, a história é um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas, e a luta de classes exprime tais contradições sendo o motor da história.

É, portanto, importante registrar a visão histórica da profissão de serviço social, pressuposto para analisar o trabalho do assistente social na área da educação no contexto atual.

A análise da gênese e do processo histórico de desenvolvimento do serviço social como profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho atuando no processo de reprodução das relações sociais é desenvolvida especialmente pelos seguintes autores: Yamamoto (1982), Netto (1992), Yasbek (1995), Martinelli (1989). Pretende-se, portanto, apenas lembrar as linhas gerais desse processo.

O serviço social é reconhecido como um tipo de especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, intervindo no âmbito da produção e reprodução da vida social. A produção e a reprodução das relações sociais relacionam-se à construção da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho, portanto também “formas de pensar, isto é, formas de consciência, por meio das quais se apreende a vida social” (Marx, 1974, p.27). O serviço social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho.<sup>1</sup>

O serviço social é um trabalho especializado, que interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social, com outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade. Esses consensos são em torno de interesses de classes fundantes, ou seja, dominantes e dominadas, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

---

1 Essa afirmação é defendida por vários autores entre eles: Netto, Yasbek, Yamamoto entre outros. “Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais nas organizações públicas e privadas – inseparáveis de uma dimensão educativa ou político-ideológica – interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às mais variadas expressões da Questão Social. Questão social que é também rebeldia, por envolver sujeitos que ao viverem as desigualdades a elas resistem e expressam seu inconformismo. É nesta tensão entre a produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (Yamamoto, 2004, p.17).

O significado sócio-histórico e ideopolítico do serviço social está inscrito no conjunto das práticas sociais que é acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das sequelas da questão social. Reconhece-se, portanto, que a particularidade do serviço social na divisão social e técnica do trabalho coletivo “encontra-se organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento – que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (Abepss, 1996, p.154).

As políticas sociais, ou seja, as instituições que operacionalizam essas políticas, são consideradas o *locus* privilegiado de intervenção profissional do assistente social, enquanto estruturas sócio-ocupacionais para o serviço social obedecem à seguinte dinâmica:

[...] como conjunto de procedimentos técnico-operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e da sua implementação. Neste último, onde a natureza da prática técnica é essencialmente executiva, põe-se a demanda de atores da mais variada ordem [...] no ponto em que os diversos indivíduos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da “Questão Social”, recebem direta e imediatamente respostas articuladas nas políticas sociais setoriais. Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o Assistente Social. (Yasbek, 1995, p.70)

Conforme, portanto, os estudos de Netto (1992) e Martinelli et al. (1989), entre outros, compreende-se que a institucionalização do serviço social como profissão, assim como as demais profissões, surge visando atender às necessidades sociais desencadeadas pela forma singular de organização da sociedade capitalista, na fase monopolista, de acordo com as estratégias políticas e econômicas desenhadas naquela nova dinâmica social que se impunha.

Desta forma, a compreensão das políticas sociais como uma mediação necessária à concretização do trabalho do assistente social situa uma dupla implicação para os assistentes sociais: o seu reconhecimento enquanto espaço privilegiado da sua profissionalização e atuação e como aporte importante ao trabalho profissional, ou seja, como meio de operacionalização efetiva de sua atividade laborativa. (Almeida, 1996, p.8)

A trajetória histórica do serviço social é analisada por diversos autores, e entre eles destaca-se Netto (1990, p.303), que explicita os marcos de sua renovação afirmando que:

[...] a renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva de intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública.

A intenção de ruptura no processo de renovação do serviço social brasileiro intensificou e enriqueceu o debate profissional, tendo como esteio a teoria social de Marx. Nesse sentido,

[...] o balanço extremamente necessário, dos avanços possibilitados pelo contributo da intenção de ruptura deverá salientar, também, que o enriquecimento profissional sugerido operou-se com a conjugação de dois componentes que indubitavelmente são marcantes: de um lado, uma ponderável abertura e ampliação dos horizontes ideoculturais, que permitiu à profissão aprofundar o rompimento com a notória endogenia das suas representações; de outro, um sensível elemento crítico, responsável pela introdução, no terreno das representações profissionais, de um confronto de ideias e concepções antes não registrado. (Netto, 1990, p.304)

As condições históricas que emergem no Brasil a partir da década de 1980 refletem nas profissões, e especificamente no serviço social, a incorporação das reivindicações progressistas da sociedade que favorecem a consolidação de um projeto ético-político profissional<sup>2</sup>

---

2 Projetos profissionais “apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento dos estatutos profissionais)” (Netto, 1999, p.95).

que informa a perspectiva da prática profissional regulamentada em seu Código de Ética Profissional de 1993.

Eticamente consideradas, tais condições têm origem na organização política da categoria profissional, no amadurecimento de uma vertente teórico-histórica e no posicionamento ético das entidades representativas da categoria no encontro, deliberações e intervenções consubstanciadas, em especial, nos Congressos Brasileiros a partir de 1979, na Reforma Curricular de 1982 e 1996, nos Códigos de Ética de 1986 e 1993 (Abramides e Cabral, 1989; Barroco, 1993; Bonetti et al. 1996; Netto, 1996; ABESS/CEDPSS, 1996). (Barroco, 1999, p.130)

Novamente, de acordo com Netto (1999, p.105), o projeto ético-político profissional dos assistentes sociais tem como núcleo central o reconhecimento da liberdade como valor central:

[...] liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Esse projeto profissional afirma ainda a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo; posiciona-se a favor da equidade e da justiça social; ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; luta pela democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

É importante esclarecer que o Código de Ética Profissional do Assistente Social,

[...] coerente com sua fundamentação, explicitou seu diferencial em face do discurso liberal ao afirmar a equidade e a democracia como valores ético-políticos. A democracia é tratada como padrão de organização política capaz de favorecer a ultrapassagem das limitações reais que a ordem

burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social, resgatando a concepção marxista presente no pensamento socialista revolucionário. (Barroco, 2001, p.203)

Além disso, o projeto estabelece a necessidade de compromisso do assistente social com a competência profissional por meio do aprimoramento intelectual contínuo, e inclui ainda o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, tendo como premissa a luta pela publicização dos recursos institucionais, visando a democratização e universalização desses, sobretudo propiciando a efetiva participação dos usuários nos processos decisórios das instituições.

Ressalta-se que a construção desse projeto ético-político profissional resulta do envolvimento da categoria em diferentes espaços de discussão e debates profissionais (Cbas, Abepss, Cefss, Cress) considerados, portanto, hegemônicos na profissão, porém não significa que não haja divergências e contradições.<sup>3</sup>

É diante desse “novo Serviço Social” construído e reconstruído no cenário histórico brasileiro, com o protagonismo de seus agentes profissionais,

[...] que um projeto profissional que objetiva a realização e ampliação de direitos humanos e sociais só se mantém se contar com uma base social de sustentação política, o que coloca a práxis política como meio adequado à realização da ética profissional entendendo-se que tal práxis não é exclusiva da profissão, mas do conjunto das forças sociais progressistas articuladas em projetos sociais. (Barroco, 1999, p.133)

Considerando que o serviço social é uma profissão sócio-histórica, as mudanças societárias que vêm ocorrendo nas últimas décadas, no

---

3 Considera-se projeto ético-político “hegemônico” na profissão aquele estabelecido como referência pela categoria profissional organizada (Cfess/Cress) para a formação profissional, estabelecido mediante currículo mínimo regulamentado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) em 1996; na Lei n.8.662/93 que regulamenta a profissão e no Código de Ética Profissional, Resolução Cfess n.272/93.

processo de produção e reprodução da vida social, corporificadas em alterações nas relações: Estado e sociedade e nas formas de organização e gestão do trabalho, incidem em todas as profissões e especificamente no serviço social.

Nesse processo de reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, a lógica neoliberal redirecionou as intervenções do Estado e as bases dos sistemas de proteção social. Há uma retração do Estado no campo das políticas sociais, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil,<sup>4</sup> genericamente denominada terceiro setor, ampliando o surgimento de organizações não governamentais e da filantropia empresarial.

É importante salientar que mesmo com essas mudanças, o setor público ainda é considerado o espaço sócio-ocupacional privilegiado da intervenção profissional do assistente social. Por sua vez, a descentralização participativa na gestão de políticas públicas, instituída pela Constituição Federal de 1988, cria novos canais de ingerência da sociedade civil organizada, na formulação, gestão e controle das políticas sociais, nos municípios, ampliando a possibilidade de trabalho do assistente social no âmbito dos conselhos de direitos e no planejamento de políticas sociais municipais.

Considerando o significado social do trabalho do assistente social na óptica da totalidade para apreender como ocorre esse processo de intervenção é necessário articular um conjunto de determinantes que está acoplado em três grandes questões. A primeira, relacionada às determinações da conjuntura político-socioeconômica nacional, regional e municipal e da política social, define o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, suas relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições do assistente social. Incluso nesse mote encontra-se a análise dos recursos disponíveis para a viabilização do trabalho profissional.

---

4 Encontra-se importante problematização da questão sobre “sociedade civil e terceiro setor” no livro de Carlos Montaña (2003). O autor reflete sobre a tentativa do pensamento neoliberal em substituir o conceito gramsciano de “sociedade civil”, como arena privilegiada de luta de classes e momento constitutivo do Estado ampliado, pela vaga noção de terceiro setor, apontando perigosas implicações políticas.



A segunda questão relaciona-se às particularidades das expressões da questão social que se manifestam na vida dos sujeitos, em suas formas de organização e luta, que são imbricadas à dinâmica institucional, muitas vezes como demandas veladas, implícitas, potenciais, e que precisam ser decodificadas pelos profissionais.

E a terceira questão é atinente ao profissional assistente social, ou seja, à apropriação que ele faz da:

[...] perspectiva teórico-metodológica e ético-política, que colocando referências concretas para a ação profissional, possibilite a reconstrução permanente do movimento da realidade objeto da ação profissional, como expressão da totalidade social, gerando condições para um exercício profissional consciente, crítico, criativo e politizante, que só pode ser empreendido na relação da unidade entre teoria e prática. (Vasconcelos, 2002, p.27)

Ressalte-se que o Código de Ética do Assistente Social de 1993,

[...] ao indicar a centralidade do trabalho na (re)produção da vida social, revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função dessas capacidades objetivas, explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania. (Barroco, 2001, p.201)

Diante dos pressupostos teóricos do exercício profissional dos assistentes sociais relacionados à prática profissional exercida na área da Educação, especificamente nos municípios paulistas, pretende-se analisar as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais do serviço social, interpretando os espaços que possibilitam a intervenção dessa profissão nessa política social, considerando o arcabouço jurídico, ideológico e operativo da política de educação brasileira e as informações obtidas no processo da pesquisa.

## Particularidades do serviço social no âmbito da política de educação: elementos fundantes

Nas últimas décadas, em decorrência do processo de democratização, do acesso das crianças e adolescentes à escola pública,<sup>5</sup> alterou-se significativamente o perfil do aluno/família dessa escola, agora provenientes de segmentos da classe social mais empobrecida, já explicitado anteriormente. Esses usuários expressam objetiva e subjetivamente sua condição, trazendo sentimentos de inferioridade, incapacidade, pensamento ingênuo em relação à realidade social, sentimentos e concepções de mundo esculpidas historicamente, e necessidades concretas de sobrevivência relacionadas à questão de alimentação, habitação, saúde, transporte, vestuário e outros.

Ocorrem, porém, mudanças socioeconômicas e culturais, fruto da era do individualismo, do consumismo, que vêm acompanhados pelo alto índice de violência, tanto objetiva como subjetiva, relacionados, especialmente, à utilização de drogas pelos adolescentes e mesmo pelas crianças, além da força do narcotráfico; a disparidade das desigualdades sociais, signo da sociedade brasileira. Essa gama de questões incide sobre o universo da juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento como classe social.

Dentre essas demandas, podem-se acrescentar, entre tantas outras: a gravidez precoce de adolescentes; a precariedade das condições de vida da população e a ampliação do trabalho infantil; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica.

Essa gama de situações converge para as instituições educacionais, envolvendo toda a comunidade escolar, visto que está dialeticamente relacionada à vida social e comunitária que sofre com os percalços das condições econômico-sociais desenhadas no cenário brasileiro em

---

5 Apesar da ampliação do número de crianças na escola pública, de acordo com os dados do IBGE de 2000, existe no Brasil quase um milhão e meio de crianças entre 7 e 14 anos sem matrícula e/ou evadidas das escolas, representando 5,5% de brasileiros nessa faixa etária. De acordo com os dados do Inep de 2004, o estado de São Paulo, apesar de ser um dos mais ricos do país, possui 3,2% dessa população fora da escola.

consequência do modelo econômico adotado no país. Apesar de não ser totalmente nova, manifesta-se na sociedade em geral e especificamente no contexto escolar, de forma mais intensa e complexa, prejudicando o processo educativo desenvolvido nas escolas, que passa a necessitar da intervenção de outros profissionais na tentativa de equacioná-la.

O reconhecimento da presença desses elementos no universo escolar, por si só, não constitui uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais nesta área. Sua inserção deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, seja no interior das suas unidades educacionais, das unidades gerenciais ou em articulação com outras políticas setoriais. Caso contrário, estará implícito, nas defesas desta inserção, a presunção de que tais problemas seriam exclusivos da atuação de um determinado profissional, quando na verdade seu efetivo enfrentamento requer, na atualidade, não só a atuação dos assistentes sociais, mas de um conjunto mais amplo de profissionais especializados. (Almeida, 2005, p.18)

Constata-se que os educadores sozinhos não estão conseguindo dar conta desses problemas, e há uma urgência histórica de enfrentamento dessas situações, que se configuram em uma intervenção real e concreta, capaz de produzir resultados reais que contribuam para que as unidades educacionais sejam capazes de manter-se nos contornos de sua especificidade – a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, tanto na área científica como na filosófica e cultural, posto pela pedagogia histórico-crítica.<sup>6</sup>

---

6 A expressão “pedagogia histórico-crítica” é utilizada por Saviani (1991, p.95) para traduzir a passagem da visão crítica mecanicista, crítica a-histórica, para a visão dialética, ou seja, visão histórico-crítica da educação. O sentido básico da pedagogia histórico-crítica é a articulação de uma proposta pedagógica que tenha o compromisso não apenas de manter a sociedade, mas de transformá-la com base na compreensão dos condicionantes sociais e da visão de que a essa exerce determinação sobre a educação e, reciprocamente, a educação interfere sobre a sociedade contribuindo para sua transformação.

Os determinantes centrais do significado social do Serviço Social como profissão estão relacionados ao âmbito do mundo do trabalho e das relações sociais. Portanto, a análise do processo de intervenção do Serviço Social nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais pressupõe uma rigorosa apreensão da totalidade concreta em termos da processualidade sócio-histórica e econômica, que perpassa o universo institucional em que desenvolverá seu trabalho. Implica, ainda, considerar as contradições advindas da dinâmica das relações sociais vigentes, enquanto expressões do antagonismo entre classes sociais, reproduzidas nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, especificamente da educação.

Esse rumo de análise recusa visões unilaterais que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho meramente economista, policista ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social. (Iamamoto, 1998, p.27)

Tal antagonismo, decorrente da ação recíproca entre as classes sociais, gera uma atuação profissional necessariamente polarizada pelos interesses em disputa. Conforme Yamamoto (1998, p.43):

[...] ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o Assistente Social depende, na organização da atividade do Estado, da empresa, de entidades não-governamentais que viabilizem aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano de trabalho institucional.

A análise das instituições educacionais só poderá ser efetivada se o profissional compreender o significado social da educação pública e da escola na esfera da cultura que, segundo Gramsci (1999-2002), não significa simplesmente aquisição de conhecimentos, mas sim posicionamento crítico diante da história, buscando conquistar a liberdade. A cultura está relacionada à transformação da realidade, pois vislumbra possibilidades de circulação de contraideologias.

o início da elaboração crítica (o que significa levar aos grupos fundamentais não-dominantes), a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido que deixou uma infinidade de traços recebidos sem benefícios no inventário. (Gramsci, 1978, p.12)

Diante desse pressuposto, o assistente social poderá enveredar-se sobre a realidade das instituições educacionais como totalidade, realçando suas contradições, reconhecendo que ela é constituída de mediações, processos e estruturas inseridas na realidade social e que precisam ser interpretadas.

A contribuição do serviço social, portanto, poderá ser uma alternativa construtiva, visando unir esforços com os educadores e usuários da escola pública para lutar por reformas significativas na rota histórica de transformação da escola, para que seja capaz de efetivar uma educação mais democrática, unitária, como tem sido divulgado pelos movimentos e organizações de educadores.

Essa perspectiva relaciona-se a um dos princípios do Código de Ética Profissional, “a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais [no caso específico com os educadores], que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”.

Considerando que a prática profissional do assistente social está relacionada às condições objetivas de trabalho e às relações sociais inscritas naquele determinado espaço sócio-ocupacional, articulando um conjunto de mediações que interferem no processamento das ações, a análise da política de educação e o rebatimento dessa nas instituições educacionais apontaram as seguintes peculiaridades:

- a possibilidade do contato sistemático com grande parcela da classe subalterna, vitimizada pelo processo de exclusão social, facilitando a efetivação de uma intervenção educativa mais consistente, buscando, em última instância, a construção da autonomia da população usuária destes serviços;
- a posição geográfica que as unidades educacionais ocupam no cenário municipal, sendo muitas vezes o único equipamento social permanente do bairro ou região, construindo uma relação histó-

rica com aquela determinada comunidade, além da quantidade de unidades escolares existentes e seu poder de abrangência. Isto é, a facilidade que proporciona de contato com grande parcela da população proveniente das mais diversas classes ou frações de classe social facilitando a mobilização social;

- o tempo de permanência das crianças/adolescentes na escola possibilita uma ação socioeducativa consistente com os alunos e suas famílias;
- a importância que a escola ocupa na efetivação de ações/projetos/programas relacionados ao aspecto educativo que efetivam a relação da escola com as outras políticas sociais, principalmente assistência social e saúde;
- o aspecto de continuidade marcado pela política educacional, principalmente no aspecto estrutural (unidades educacionais) apesar das mudanças ideológicas que ocorrem na efetivação do processo educativo;
- a peculiaridade no que se refere ao financiamento da política de educação, tendo como garantia constitucional o valor de 25% dos impostos dos estados e municípios e 18% da União aplicados na educação. Em termos numéricos, considera-se um montante privilegiado em termos de recursos destinados às políticas sociais.

Há que ressaltar o papel estratégico que essa política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social, configurado historicamente na sociedade brasileira, de acordo com o desenvolvimento do capitalismo, com as contradições próprias desse processo, portanto, espaço de luta entre hegemonia e contra-hegemonia.

Considerando essas características peculiares, e as transformações pelas quais a escola vem passando nos últimos tempos quanto à sua função política, econômica e social, consequência das mudanças societárias, as instituições educacionais necessitam de aportes sociais e profissionais para desempenhar sua função educativa. Por sua vez, as instituições sociais públicas e privadas, pertencentes à rede de proteção social de atendimento à criança, ao adolescente e às famílias, necessitam da escola para efetivação de ações socioeducativas.

Ou seja, a instituição escolar é o espaço adequado para desencadear ações preventivas, educativas, relacionadas a diversas situações socio-culturais, que afetam o cotidiano da população de bairros periféricos, que muitas vezes possuem apenas a escola como equipamento social.

Para o cumprimento dessa função social, tarefa exigida hoje da escola, há necessidade de um profissional que tenha conhecimento das diversas políticas sociais e suas diferentes formas de operacionalização, que articule a relação escola-sociedade contribuindo nos dois ângulos da questão, ou seja, facilitando a articulação entre os projetos e ações das demais políticas que atendem crianças e adolescentes, e a escola.

Dessa forma, independentemente do nível educacional abordado, dar visibilidade às instituições educacionais como *locus* privilegiado da prática profissional é essencial, pois elas são espaços estratégicos para o serviço social, considerando a natureza política da profissão, cuja função social é a luta pela conquista da cidadania por meio da defesa intransigente dos direitos sociais, conforme afirma um dos princípios do Código de Ética Profissional “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

Assim, o espaço educacional é propício para desencadear uma reflexão crítica de homem e de mundo, além de mobilizar vários elementos da comunidade escolar para a luta por direitos sociais, construindo elementos para uma ação política.

A política de educação desenvolvida nas instituições educacionais constitui-se em direito social, instituído na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.9.394 de 20/12/1996; porém, historicamente, é marcada pelo processo de exclusão social. Esse fato, evidenciado pelas inúmeras estatísticas que periodicamente ilustram as condições do não acesso à escola, a evasão, a repetência, além da exclusão constatada no fluxo escolar, que demonstram que, em cada etapa do processo educacional, ampliam-se as dificuldades de acesso, permanência e sucesso na rede pública educacional, que deveria atender desde a creche até o ensino universitário.

As estatísticas governamentais são parciais, pois apontam apenas a ampliação do acesso à escola sem elaborar uma análise mais consistente que retrate a real situação da escola pública, que continua excluindo grande contingente de jovens do direito à educação, considerando a focalização da atenção governamental apenas no Ensino Fundamental. Sem falar ainda da questão da qualidade do ensino, que tem gerado “analfabetos escolarizados”, ou seja, crianças e adolescentes inseridos na escola, mas que não sabem ler e escrever.

De acordo com o estudo bibliográfico referente à atuação do serviço social na política de educação, e especialmente a experiência vivenciada por esta pesquisadora e os resultados desta pesquisa, a configuração do serviço social nesse universo, para atender as demandas suscitadas, deve considerar três eixos que norteiam a prática profissional desenvolvida na política de educação, que serão descritos a seguir, destacando as demandas pertinentes a cada eixo.

## **O processo de democratização da educação**

Neste eixo estão implícitas as seguintes demandas:

- dificuldade na organização e efetivação de uma gestão democrática na escola (conselho de escola, grêmios estudantil, associação de pais e mestres etc.);
- dificuldade na relação escola-família-comunidade;
- dificuldade da participação efetiva da família nos processos decisivos da escola;
- dificuldade na realização de uma ação interdisciplinar.

O processo de efetivação da gestão democrática na escola pública está sedimentado na regulamentação jurídica que trata sobre a educação, ou seja, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, afirmando que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:



- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes [...] os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira... (artigos 14 e 15 da LDB n.9.394/96)

A mesma questão é ratificada no Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo IV, que trata do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, garante que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (ECA, artigo 53, parágrafo único).

O respaldo jurídico dessas legislações deve ser a estratégia principal para o assistente social intervir junto aos conselhos de escola,<sup>7</sup> grêmios estudantis, associações de pais e mestres<sup>8</sup> e outras instâncias que se organizarem em torno da implementação do projeto sociopedagógico da escola, fortalecendo o processo organizativo de toda a comunidade escolar, implementando a participação de todos, viabilizando a gestão democrática na escola.

---

7 Conselho de escola é resultado de uma longa trajetória histórica de luta dos educadores, passando por diversas formas de organização e intensidade de autonomia, tendo iniciado por Congregação (1953), Conselho de Professores (1961), Conselho de Escola Consultivo (1977), Conselho de Escola (1978) e o Conselho de Escola Deliberativo (1985), que foi alterado várias vezes em sua estrutura. De acordo com a lei Complementar 444/85, o conselho de escola é um colegiado de natureza consultiva e deliberativa, constituído por representantes de pais, professores, alunos e funcionários. O conselho de escola tem a função de atuar articuladamente com o núcleo de direção no processo de gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. Para maiores informações, descritas na lei, consultar o endereço na internet <[www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br)>.

8 Associação de pais e mestres é entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Sua principal função é atuar, juntamente com o conselho de escola, na gestão da unidade escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. É regulamentada pelo Decreto n.12.983, de 15 de dezembro de 1978, e alterado pelo Decreto n.50.756 de maio de 2006. Para acessar esse decreto, verificar o endereço na internet <[www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br)>.

É evidente que a democratização da educação e a construção da cidadania, princípios assumidos nos textos legais, encontram entraves e limites relacionados à própria estrutura institucional da educação, pois a viabilização da universalização do acesso à educação básica não garante, de forma efetiva, a qualidade da educação, nem a efetivação da democratização das relações internas e externas à escola.

O assistente social inserido nesse contexto educacional pode contribuir para a efetivação da democratização da educação em vários sentidos, ou seja, desde a luta pela ampliação do acesso da população à escola pública; a participação de toda a comunidade escolar nas instâncias de poder decisório existentes no âmbito da escola, até na relação da escola com a família, a comunidade e a sociedade.

Essa democratização inicia-se nas relações estabelecidas entre os indivíduos presentes na instituição educacional rompendo com práticas tradicionais de controle e tutela, como estabelecendo ações que viabilizem o alargamento dos canais de participação de todos os representantes da comunidade escolar nas decisões institucionais, por meio de ampla socialização de informações.

Alguns depoimentos exemplificam como ocorre o processo de mobilização dos sujeitos nas instâncias de poder decisório existentes no espaço educacional:

Começamos há algum tempo a discutir sobre os conselhos, inclusive existe um livro intitulado *Que Conselho é esse?*, muito interessante. Mas aqui tem uma coordenadora pedagógica que trabalha esta questão, então fica difícil o Serviço Social atuar nesta área. Estamos tentando estrategicamente contribuir com a questão da participação da família. Refletimos que participação é essa? É chamar para festinhas, costurar a cortina. É preciso que a família também discuta a questão pedagógica, claro que elas não irão falar como o professor deve trabalhar, mas quem conhece os seus filhos são elas, esta é uma grande contribuição para a prática pedagógica. (AS – P. Prudente)

Em outro depoimento identifica-se que a participação das famílias nas unidades escolares de Ensino Fundamental é inferior àquelas de

Educação Infantil; portanto, a intervenção do serviço social nessa etapa de ensino é muito significativa no sentido de estimular, mobilizar a efetiva participação das famílias na escola.

Quando começamos a atender o ensino fundamental percebemos que a presença dos pais, a participação da família na escola neste nível de ensino é muito menor que na educação infantil. As crianças, muitas vezes, vão para a escola sozinhas, pois a escola é próxima da casa, então os pais entregam as crianças para escola. É preciso muito empenho para mobilizar a participação dos pais, as reuniões precisam ser interessantes. (AS – Franca)

A mobilização social, desencadeada pelo assistente social no âmbito das instituições educacionais, é estratégia de organização de espaços de luta, por melhores condições educacionais, constituindo-se também num exercício democrático que pode ser ampliado para a comunidade visando fortalecer seus interesses.

Outra forma de contribuir para a democratização da escola é a inclusão do assistente social nas equipes interdisciplinares, efetivando ações de acompanhamento e assessoria aos educadores, elaborando ações conjuntas para resolver um determinado problema e até a participação na construção do projeto político-pedagógico da unidade educacional, em sua totalidade.

Nesse sentido, é primordial para o assistente social conceber a realidade como totalidade, e dessa forma desvendar suas contradições, reconhecendo que ela é constituída por mediações, processos e estruturas.

Essa intervenção deve ser fundamentada na perspectiva da interdisciplinaridade, articulando o saber, a vivência, a escola e a comunidade, com o objetivo de interação que se traduz na prática por um trabalho coletivo. Nesse processo, a interpretação dos fatos cotidianos, vinculados a uma análise de conjuntura, reconhecendo a singularidade, particularidade e universalidade das situações enfrentadas pelos docentes e discentes, torna-se imprescindível.

A esse respeito, a fala desse profissional esclarece a peculiaridade da contribuição do assistente social envolvido na educação:

Eu acredito que o assistente social tem uma grande contribuição na equipe técnica, é a leitura diferenciada dos fatos ocorridos, ou seja, é a visão de totalidade do profissional, nós demonstramos firmeza naquilo que fazemos. A psicologia, a pedagogia cada qual faz a sua leitura, mas o Serviço Social consegue ver o todo, penso que isto faz parte da nossa formação. Nós conseguimos articular recursos para responder àquele determinado problema, a gente “briga” por aquilo e consegue. (AS – Franca)

É importante evidenciar o:

[...] quão fecunda é a relação entre as áreas do saber quando pensada como espaço heterodoxo de encontro de signos, como construção coletiva a partir de finalidades socialmente determinadas tanto pelos agentes institucionais como pela população usuária. (Martinelli et al., 1995, p.146)

A participação do serviço social, integrado à equipe de educação no planejamento do projeto sociopedagógico, contribui com uma visão diferenciada das expressões da questão social, que, apesar de não estarem diretamente relacionadas ao processo pedagógico, incidem sobremaneira nele, auxiliando a escola a atingir sua função social e educativa.

É notório que na gestão democrática, que implica relações estabelecidas com educadores, famílias e comunidade, incidem dificuldades que podem ser consideradas exógenas e endógenas à instituição escolar, que se projetam, especialmente, nas instâncias de poder decisório. Marcados pela cultura da não participação, traço histórico e ideológico imprimido aos brasileiros, os sujeitos envolvidos com a escola pública permanecem no imobilismo, cristalizando preconceitos, fatalismos e omissões. Eles não se veem como sujeitos capazes de intervir nos rumos da educação. Dessa forma, raramente discutem a função social da escola e os papéis que cada um exerce no processo educativo.

Ressalta-se nesse contexto a ausência da participação das famílias tanto nas instâncias de poder decisório quanto no acompanhamento do processo educativo de seus filhos, queixa sempre presente no discurso

dos educadores<sup>9</sup> que deve ser considerada como uma demanda para o assistente social, que deve intervir de forma interativa com todos os elementos da comunidade escolar por ser uma questão complexa, que envolve dificuldades de ambos os lados: escola e família.

É preciso, ainda, conectar essa realidade particular a um contexto mais amplo, visualizando os determinantes que incidem sobre aquela comunidade, e só assim será possível romper a alienação que a lógica capitalista impõe às pessoas e instituições, conforme um dos princípios do Código de Ética Profissional de 1993: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”.

Diante de uma visão crítica desse processo, é possível encontrar opções, especialmente para a reestruturação do poder de decisão nas comunidades educacionais, envolvendo todos os elementos da comunidade escolar, visando problematizar e redimensionar os procedimentos decisórios, construindo uma gestão democrática que realmente atente para os interesses públicos e a construção de uma escola mais democrática e de qualidade.

É evidente que não bastam os instrumentos legais para que uma entidade associativa funcione. É preciso qualificar o processo participativo dessas instâncias decisórias, considerando seu conteúdo e suas práticas, como as maiores expressões de sua verdadeira identidade. A avaliação contínua do processo, efetivada pelas instâncias de poder decisório existente na escola, é fundamental e deve ter como parâmetros principais a análise da representatividade, isto é, representantes eleitos num autêntico processo democrático e de legitimidade reconhecida pelos direitos e deveres de todos, estabelecidos por regimentos. Não basta existirem formalmente, é preciso criar condições concretas para que essas entidades representativas existentes no ambiente escolar exercitem práticas realmente democráticas.

---

9 De acordo com pesquisa de mestrado intitulada *Serviço Social: mediação escolar-sociedade* (Martins, 2001), um dos dados constatados foi a constante afirmação dos educadores da falta de participação da família na vida escolar dos filhos, e especialmente nas instâncias de poder decisório existentes na escola pública.

Não basta, portanto, decretar por intermédio de leis a gestão democrática da escola pública, concedendo-lhe autonomia pedagógica, administrativa e financeira, se diretor, professor, alunos e demais atores do processo desconhecem o significado político da autonomia. É preciso saber que a escola está em processo de construção contínua, que precisa ser compreendido e exercido de forma individual e coletiva.

Faz-se necessário ressignificar as práticas pedagógicas e administrativas existentes no contexto das unidades educacionais, rompendo com tendências fragmentadas e desarticuladas reprodutoras do posicionamento cartesiano que predomina nessas instituições.

Entende-se que o serviço social poderá contribuir significativamente nesse processo, considerando até mesmo o arcabouço teórico-metodológico construído na profissão a partir de sua luta para ampliação da participação da população nos processos decisórios, especialmente na implementação dos conselhos de direito das políticas sociais, exercitando a dimensão política da prática profissional.

Faz-se necessária a instrumentalização de todos os conselheiros das diferentes instâncias representativas por meio de um processo contínuo de capacitação e acompanhamento visando a reflexão sobre as atribuições do conselho, o significado da participação, a questão do poder entre outros temas na perspectiva da discussão da educação como política pública, direito do cidadão, fortalecendo a luta dos educadores em prol da educação pública.

Salienta-se que essa perspectiva da prática profissional do assistente social na área da educação relaciona-se ao projeto ético, político e profissional, retratado no Código de Ética Profissional de 1993, que afirma a democracia como valor ético-político central.

A democracia é tratada como padrão de organização política capaz de favorecer a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. (Barroco, 2001, p.203)

É notório que numa sociedade como a brasileira não é fácil conquistar a democracia, mas não podemos cair em um imobilismo, e sim acreditar nas possibilidades, conforme palavras de Chauí (1994, p.435): “os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Pelo contrário. Somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles”.

Em relação à questão do fortalecimento da gestão democrática, a pesquisa constatou que não há um efetivo empenho do serviço social, na área da Educação, referente à participação da comunidade escolar nas instâncias de poder decisório existentes na educação. Vários fatores podem ser considerados como determinantes desse posicionamento profissional, alguns descritos pelos próprios assistentes sociais e outros interpretados pela pesquisadora e descritos a seguir:

- A organização administrativa dos conselhos de escola, instância mais significativa de poder decisório organizada formalmente nas unidades educacionais, não possibilita a participação efetiva de todos os representantes da comunidade escolar. A direção da escola possui função de coordenação do conselho e, mesmo quando tem um posicionamento democrático, a identidade autoritária culturalmente construída dificulta a participação de todos. Essa situação é expressa no depoimento do assistente social a seguir transcrito:

O conselho de escola é composto por diretor e demais representantes da comunidade escolar, como professores, pais, alunos; mas percebemos, ainda, que as decisões ficam muito centralizadas nas mãos do diretor. Ainda existe aquela questão da autoridade. Se o diretor está falando então está certo. (AS – Presidente Prudente)

- Os assistentes sociais não investem na mobilização popular como forma estratégica de organização dos usuários da escola pública para que seus interesses tenham visibilidade na cena pública e adquiram força de reivindicação;
- Os assistentes sociais não utilizam as formas estratégicas para que as instâncias de poder decisório sejam parte do processo de construção gradativa da democratização das relações sociais, visando

a coletivização das demandas e aglutinação de forças em prol dos interesses dos usuários;

- A família, uma das instâncias em que o serviço social intervém, cuja proximidade não é estrategicamente utilizada pelos assistentes sociais como elemento potencializador para o fortalecimento da democratização da escola.

É importante que os profissionais que atuam na área da Educação conheçam todos os meandros dessa política social para lançar mão de recursos disponibilizados e pouco utilizados.

Em relação aos conselhos de escola, existe um Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que tem como função assessorar e capacitar os conselheiros.<sup>10</sup> O assistente social deveria mobilizar esse recurso com o intuito de inserir-se nessas instâncias, ocupando espaços que gravitam em outras esferas, não só de execução, mas de planejamento da política de educação.

O desafio é a construção coletiva do projeto sociopedagógico numa perspectiva interdisciplinar, articulando a realidade concreta vivida pela comunidade escolar com os objetivos a serem atingidos no processo educativo.

---

10 Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Portaria Ministerial n.2.896/2004. A execução do programa é de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, por intermédio da Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (Cafise) do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (Dase). Objetivos: ampliar a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir políticas de indução para implantação de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive de metodologias de educação a distância; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade e promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para garantia da qualidade da educação (Portaria Ministerial MEC n.2.896/2004, *Diário Oficial da União*, n.180, Seção 2, p.7, em 17/9/2004).



## **Prestação de serviços socioassistenciais e socioeducativos**

Nesse aspecto, são dimensionadas as seguintes demandas:

- dificuldades socioeconômicas;
- dificuldades relacionadas à dinâmica familiar, entre elas a questão da violência doméstica;
- uso e tráfico de drogas nas escolas;
- dificuldades dos educadores na compreensão do contexto socioeconômico-cultural das famílias dos alunos;
- dificuldades nas relações interpessoais entre os sujeitos da comunidade escolar e destes com as famílias de alunos;
- preconceitos e concepções deturpadas em relação à: família, pobreza, participação etc.;
- gravidez precoce de adolescentes;
- desconhecimento das legislações sociais que facilitam o atendimento das necessidades dos usuários da escola pública.

Esse eixo apresenta questões que se referem a dois aspectos interligados, ou seja: as ações de cunho socioeducativo e a prestação de serviços assistenciais incluindo nessas atividades três grupos de sujeitos pertencentes à comunidade escolar: educadores (considerados todos os funcionários da unidade escolar que participam direta ou indiretamente do processo educativo), famílias e alunos.

A dimensão educativa da intervenção do assistente social é constitutiva de processos mais amplos, não estritamente vinculados a essa área de atuação profissional, porém relacionada a várias práticas sociais. Portanto, pode não se configurar como um elemento justificador da intervenção profissional na política de educação.

Por sua vez, existem situações reais que têm revelado a necessidade de atuação dos assistentes sociais na educação, que são compreendidas a partir das expressões atuais da Questão Social que envolvem a sociedade no sentido mais amplo, e especificamente o ambiente educacional, de forma particular.

Depara-se aqui com mais um princípio do projeto ético-político profissional, a luta da população usuária dos serviços em prol da uni-

versalidade de acesso ao atendimento e a cobertura social nas diversas áreas da saúde, previdência, assistência social entre outras, ou seja, “o posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (Cfess, 1993).

Complementares à questão descrita estão as atividades socioeducativas aqui relacionadas, que se constituem uma das funções do assistente social na área da Educação, que devem ser reconhecidas como uma das formas de intervenção que o profissional assistente social pode oferecer também nessa política social. Destaca-se que a abordagem socioeducativa deve se constituir especialmente na reflexão conjunta com os usuários no sentido de desmistificar a ideologia dominante expressa nas representações cotidianas das classes subalternas.

Conforme afirma Gramsci (1977, p.27), é preciso:

[...] repetir constantemente e didaticamente (de forma variada) os argumentos que concorrerão para a ampliação da visão das massas; e a elevação cada vez maior da cultura da massa, fazendo surgir dela mesma a elite de seus intelectuais, capazes de uma ligação teórica e prática.

É importante refletir sobre a visão de homem e de mundo, dos educadores, que direcionam a prática educativa desencadeada nas unidades escolares, e sua coerência com a proposta pedagógica da perspectiva crítica. Interpretar para a comunidade escolar as concepções cristalizadas, mistificadas que estão impregnadas na cultura popular, impostas pela ideologia dominante e que atingem o cotidiano das diferentes atividades desenvolvidas nas instituições escolares, efetivando atividades que proporcionem o processo de formação ampliada da população é uma das atribuições do serviço social na política de educação.

Dessa forma, conforme o pensamento de Gramsci (1977), a elevação cultural das massas assume importância decisiva no processo de luta contra a hegemonia, libertando-se da pressão ideológica das classes dirigentes, contribuindo para a conquista do consenso e da direção político-ideológica das classes subalternas.

A dimensão socioeducativa da intervenção profissional visa também “a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (Código de Ética Profissional de 1993), que muitas vezes perpassam, mesmo que de forma camuflada, o cotidiano das instituições educacionais, ocorrendo situações que ferem a integridade dos indivíduos por meio de hostilidades étnicas, religiosas, sociais etc. que impregnam o senso comum, informado pela ideologia dominante.

Ressalta-se que o aspecto educativo diz respeito teoricamente a duas perspectivas: controle ou emancipação dos sujeitos. A perspectiva de emancipação está relacionada à necessidade de desenvolver o senso crítico da população, aglutinando forças, estabelecendo estratégias de pressão popular, fortalecendo as ações coletivas para viabilizar direitos. Portanto, a direção social que o assistente social imprime ao seu trabalho definirá a perspectiva educativa que irá implementar nas ações desenvolvidas no âmbito da educação.

Salienta-se que o trabalho educativo tem como um de seus objetivos lutar pela eliminação de qualquer forma de preconceito de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, idade, condição física, opção sexual etc., aprendendo a conviver com as diferenças, conforme previsto em um dos princípios do Código de Ética Profissional que se refere “ao empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1993).

Essa dimensão socioeducativa é complementar à ação educativa exercida pela escola, contribuindo para ampliar sua abrangência sobre os funcionários em geral, as famílias e a comunidade local.

Dessa forma, o rompimento com a visão de mundo imposta ideologicamente pelo capitalismo requer a elaboração de uma nova forma de pensar, crítica e coerente; nesse sentido, a contra-hegemonia é um campo de lutas, de construção e desconstrução de saberes, pois “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1977, p.332).

As expressões dos assistentes sociais explicitando a intervenção que realizam nesse aspecto são significativas, conforme exposto a seguir:

Fazemos reuniões com as famílias nas quais abordamos várias questões. Percebemos que hoje as famílias estão confusas em relação à educação dos filhos, à questão de limites, de valores, à valorização da educação. Então precisamos discutir coisas que às vezes podem ser óbvias para nós. (AS – Presidente Prudente)

Trabalhamos também com os educadores a questão da concepção de família – sempre discutimos sobre família pensada e família vivida. Refletimos muito sobre os vários arranjos de família. Os professores falam muito de família desestruturada como causa dos problemas vividos pelos alunos. Trabalhamos muito para desmistificar a concepção de família e eliminar os preconceitos existentes. (AS – Presidente Prudente)

Eu percebo que às vezes o educador vê o aluno como um marginal em potencial, porque lá dentro da sala de aula não se comportou adequadamente, porque ele tem um vocabulário meio pesado, porque ele vem com histórias de violência, enfim, coloca uma tarja nele... Então, nós procuramos trazer o contexto do aluno, a vida do aluno, a vida da família para dentro da escola, para o conhecimento deste professor. Discutindo com toda a comunidade escolar, socializando-se, ampliando o conhecimento, cada um pode desenvolver a sua parte. Então o professor vai compreender o aluno, o coordenador pedagógico vai subsidiar o professor tecnicamente, indicando textos próprios para aqueles alunos, orientando-os pedagogicamente. (AS – Limeira)

Ressalta-se nessa dimensão da prática profissional o trabalho desenvolvido por um dos municípios pesquisados – Presidente Prudente. Foi desenvolvido, no ano de 2001, um projeto em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social, denominado Projeto Famíliação em uma Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental (Emeif) localizada em uma área de exclusão do município, desprovida de projetos sociais. O trabalho está constituído em ações socioeducativas de apoio às famílias, que foram divididas em três grupos desenvolvendo várias atividades no período de um ano.

Neste projeto foram priorizadas cem famílias em situação de extremo risco (famílias de detentos ou ex-detentos, famílias com membros portado-

res do vírus HIV/Aids) em situação de desemprego e aquelas com renda familiar inferior a um salário mínimo. O trabalho efetivou-se através de grupos com discussão de temas sobre auto-estima, relações pais e filhos, além de oficinas de pães e salgados etc. Visava tanto o apoio material como educativo, além de aproximar a família da escola. No final a avaliação foi muito positiva. (AS Prudente)

Essa experiência demonstra uma das inúmeras opções de trabalho, que podem ser desenvolvidas no âmbito da educação pelo serviço social, contribuindo para que o espaço escolar seja expandido como espaço educativo também da família e da comunidade, pois ambas, embora não sejam as únicas, desempenham um importante papel na sociedade na formação dos indivíduos, futuros cidadãos.

A compreensão da esfera da cultura é fundamental para os assistentes sociais à medida que as suas ações profissionais, travadas na relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais, permitem identificar os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a função das ideologias, dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chamou de conformismo e, ao mesmo tempo, a forma de superá-lo, uma vez que este, também, é o terreno para a criação de uma vontade política capaz de romper com a razão instrumental que funda a ordem capitalista. (Simionato, 2001, p.12)

A prestação de serviços assistenciais na educação pública municipal está relacionada à situação socioeconômica dos alunos e famílias que necessitam da intervenção profissional do assistente social visando proporcionar o acesso a diversos serviços, incluindo auxílio material, estabelecendo uma interface com a política da assistência social, uma das atribuições do serviço social em qualquer política social. É nesse processo que “o Assistente Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas como de uma ação socioeducativa tensionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta” (Yasbek, 1999, p.95).

É na execução de ações de prestação de serviços assistenciais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do

cotidiano da população usuária. Nesse contexto também ocorre a dimensão socioeducativa, que pode assumir um caráter de enquadramento disciplinado, fazendo que as pessoas aceitem e se acomodem na situação imposta pela vida social, ou pode decifrar para a população usuária a perspectiva de direitos do acesso aos serviços sociais prestados pelas políticas sociais, fortalecendo os projetos e lutas da classe subalterna nessa direção, como foi citado anteriormente. Nesse sentido, o assistente social poderá facilitar o acesso da comunidade escolar aos recursos existentes nas demais políticas sociais, propiciando ações interinstitucionais dirigidas para a mobilização da rede de proteção local, com diversos serviços, tais como: saúde, transporte, habitação, assistência social etc.

Reforça-se, nessas atribuições profissionais, a dimensão política da prática profissional, coletivizando as demandas apresentadas, assegurando a passagem do estatuto de carências ou necessidades individualizadas para o estatuto de demandas sociais por direitos mais amplos, desvelando as desigualdades sociais produzidas pela sociedade.

Explicita-se, nessa ação, o princípio estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social, “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional”, efetivando estratégias que permitam a criação e/ou ampliação do atendimento às necessidades dos usuários do próprio sistema educacional e por meio das diversas instâncias de prestação de serviços de outras políticas sociais.

É mister que a ação do serviço social acione um conjunto de mecanismos das políticas sociais, relacionados a dois aspectos da vida social que se complementam: o suprimento das necessidades básicas e o fortalecimento dos processos organizativos e reivindicatórios das classes populares. Dessa forma, inferindo na objetividade e subjetividade da vida humana, o serviço social contribui para alterar as trajetórias de vida dos usuários, tanto pela prestação de serviços sociais quanto pela produção da desalienação, envolvendo a reflexão sobre valores éticos emancipatórios.

Esse é um dos aspectos mais evidenciados na pesquisa. Incluídos nesse mote estão intervenções que são dialeticamente intrínsecas, mas

que serão didaticamente separadas, possibilitando a melhor compreensão da dimensão de cada uma.

O acesso aos recursos materiais atendendo as necessidades dos mais variados espectros que englobam a vida da população está estreitamente relacionado ao conhecimento e à facilidade que o assistente social possui para lutar pela garantia ao acesso a esses serviços que fazem parte de outras políticas sociais públicas e/ou privadas. Essa é uma das particularidades do serviço social, operacionalizar a política de assistência social, como direito de todos que necessitem dela, resgatando esse traço nas políticas setoriais. Recursos concretos, tais como transporte, vestuário, alimentação, medicamentos, atendimento médico, habitação, entre outros, se constituem como meios essenciais para garantir, muitas vezes, a permanência da criança e do adolescente na escola.

A declaração do assistente social exemplifica essa questão, de acordo com o exposto:

A assistência social é extremamente importante. É preciso compreender as necessidades dos usuários e encaminhá-los para os recursos necessários e ainda fazer o acompanhamento. Isto é, voltamos naquela unidade escolar para saber como isso impactou naquela criança, e a gente sabe como muda o rendimento da criança depois que ela foi atendida nas suas necessidades básicas. (AS – Limeira)

Em relação à ação socioeducativa, é marcante a atuação do assistente social, especialmente com famílias, demanda institucional que muitas vezes é solicitada ao assistente social com uma visão reducionista, parcial, da situação da realidade dos alunos e de suas famílias e do contexto político-econômico-social da população brasileira no geral, e também da função social da escola nesse processo. Dessa forma, os educadores focalizam os problemas da família/aluno com uma visão moralista, individualista, e solicitam que o assistente social efetive uma ação educativa disciplinadora que integre a família às regras e normas sociais. A fala do assistente social a esse respeito explicita isso:

Nós trabalhamos com os professores a questão da família, porque o professor reclama: “esta mãe não tem higiene, ela tem um filho de cada marido”, então os professores solicitam que o Serviço Social dê um jeito naquela família. Então nós procuramos trabalhar com os professores e com as famílias, desmistificando os preconceitos. (AS- Franca)

Essa é uma oportunidade estratégica do serviço social para responder às demandas institucionais e, ao mesmo tempo, as legítimas, de interesse das famílias, articulando essa atividade com toda comunidade escolar, desencadeando um debate sobre a concepção de família que permeia o imaginário coletivo de todos os sujeitos presentes na escola.

Redimensionar a participação da família na escola, no processo educativo dos filhos é uma das atribuições do serviço social, envolvendo nas reflexões realizadas temas que possibilitem a politização dessas famílias, incluindo a participação comunitária.

Esse dever da família no processo de escolaridade, ressaltando a importância de sua presença no contexto escolar, é reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do MEC, aprovadas no decorrer dos anos 1990, reforçando a posição central que a família vem assumindo na operacionalização das políticas sociais.<sup>11</sup>

Outra contribuição com grande incidência nos municípios é a efetivação de um trabalho socioeducativo com os educadores, organizando capacitações, treinamentos, visando transmitir conhecimentos referentes às expressões da questão social, ao contexto da realidade vivenciada pelo aluno/família e situações específicas como violência doméstica, interpretação do ECA e as implicações que traz para a educação esse novo paradigma da Doutrina de Proteção Integral à

---

11 ECA (Lei n. 8.069/90), nos artigos 4º e 55; Política Nacional de Educação Especial (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo V – Da educação especial, artigos 58 a 60; e Resolução CEB/CNE n.2 de 11/9/2001 que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica), que adota mecanismos de participação efetiva da família no desenvolvimento do educando; LDB/96 (Lei n.9.394/96 artigos 1º, 2º, 6º e 12º); Plano Nacional de Educação (Lei n.10.172 de 9/1/2001) define a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da família, além da iniciativa recente do MEC que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola.



Criança e ao Adolescente. De acordo com depoimentos de alguns assistentes sociais, essa ação é extremamente importante para garantir o bom desenvolvimento do processo educativo dos alunos e que não vem sendo realizada na formação dos educadores.

Esse trabalho é relevante, pois possibilita a aproximação dos sujeitos envolvidos no processo educativo dos alunos, especialmente desvelando a realidade social e motivando nas unidades escolares a importância da interdisciplinaridade.

## **Articulação da política de educação e sociedade**

Nesse aspecto, foram levantadas as seguintes demandas:

- dificuldade de acesso das famílias aos serviços prestados por outras políticas públicas;
- desarticulação de ações e projetos sociais desenvolvidos na escola por iniciativa de outras políticas sociais tais como: Bolsa Escola, Renda Mínima, Amigos da Escola, prevenção ao uso de drogas, entre outros;
- dificuldade de articulação da política de educação com outras políticas sociais;
- dificuldade de relacionamento escola comunidade.

Outra frente de trabalho em que o assistente social atua, talvez a principal, é a articulação da escola com a sociedade, isto é, as demais instituições governamentais e não governamentais, para que os interesses da maioria se tornem públicos e possam ter lugar nas discussões e negociações nas instâncias das decisões sociopolíticas. Essa articulação prescinde do trabalho efetivado em rede,<sup>12</sup> inserindo a instituição escolar na ampla rede de proteção à família, à criança e ao adolescente.

---

12 Concepção de rede social: “Rede interconecta agentes, serviços, mercado, governo e não- governo, movimentos sociais, comunidades locais, regionais, nacionais e até internacionais. Estes agentes e organizações se conectam com várias redes que processam informações tecnológicas ou serviços de interesse comum” (Guará et al., 1998, p.13).

Após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que é fundamentado na Doutrina de Proteção Integral, cuja premissa principal é a centralidade da família e da escola na formação das crianças e adolescentes, a relação das unidades educacionais com os projetos sociais nessa área alterou-se substancialmente. A determinação legal descrita no artigo 56 da daquela lei<sup>13</sup> e do artigo 101, inciso III, que garante a “matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental” a crianças e adolescentes que necessitam de medidas de proteção quando seus direitos forem ameaçados ou violados por “ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua própria conduta” (artigo 98 do ECA), estreita a relação entre as unidades educacionais e os conselhos tutelares.

Essa aproximação gera demandas sociais pertinentes à intervenção profissional do assistente social, relacionadas ao acesso e à permanência de crianças e adolescentes na escola, incluindo aquelas que precisam de medidas de proteção.<sup>14</sup>

Os conhecimentos do assistente social acerca dos direitos sociais emanados das políticas sociais facilitam o atendimento das múltiplas expressões da questão social, base material da intervenção profissional nas mais diferentes políticas, incluída a política de educação. As ações efetivadas nesse sentido incidem sobre as condições objetivas da vida da população contribuindo para o acesso, regresso e permanência dos alunos na escola.

Os relatos dos profissionais nesse aspecto, exemplificando essa articulação entre escola e outras políticas sociais, devem ser registrados:

---

13 Artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I – maus-tratos envolvendo seus alunos; II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência”.

14 Título II – Das Medidas de Proteção – artigos 98 e 99; e Das Medidas Socioeducativas – artigos 112 ao 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990.

A criança e/ou a família está ali na escola, mas está precisando de atendimento em outras políticas sociais... da saúde, da assistência social, então o assistente social é o profissional que conhece estas políticas e a forma de acessá-las. Sabemos das deficiências das outras políticas, por exemplo, a demora para uma consulta oftalmológica, então o professor às vezes não entende. Sabemos como é difícil articular outras políticas. Penso que pelo menos os secretários municipais deveriam se reunir e discutir esta articulação senão fica tudo desvinculado. Já sugerimos isto. (AS – P. Prudente)

Ampliar as relações das unidades educacionais com as mais variadas instâncias governamentais e não governamentais é um esforço necessário tanto para a escola como para a sociedade, e a escola é um importante *locus* do processo educativo, ancorando a esperança de efetivar e ampliar os direitos inerentes à cidadania, por meio do conhecimento crítico da realidade.

A luta pela efetivação da democracia e da cidadania é indissociável da ampliação progressiva da esfera pública, em que se retratam interesses sociais distintos, enquanto ultrapassa a lógica privatista no trato social em favor dos interesses da coletividade. Ao alcançar a cena pública, os interesses das majorias adquirem visibilidade tornando-se passíveis de ser considerados e negociados no âmbito das decisões políticas. (Iamamoto, 1998, p.11)

Partindo desses pressupostos e considerando a complexidade das relações sociais nesse universo acelerado de modificações estruturais e conjunturais, evidencia-se que somente o esforço e desempenho isolado dos interlocutores presentes no âmbito da educação não são suficientes para efetivar a função social da escola, de acordo com a expectativa e demanda da sociedade nesta virada de século.

O serviço social poderá contribuir nessa tarefa de articulação entre a escola e a sociedade e especificamente com as demais políticas sociais, visando aglutinar forças progressistas comprometidas com a formação de projetos societários de interesse da população, criando propostas alternativas de ação conjunta escola e demais políticas sociais, efetivando uma ponte entre essas instâncias.

Em relação à articulação entre a educação e a política da assistência social, constatou-se que existe uma tendência dos programas e projetos de enfrentamento à pobreza, visando garantir o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes, das famílias atendidas por esses programas na escola.

Tal condição básica, imposta por esses programas, gera uma demanda visando gerenciar o intercâmbio entre escola e rede de proteção social. Com a necessidade de criar vínculos entre a escola e as diferentes instâncias da área social, especialmente aquelas com as quais a rede de ensino estabelece uma relação próxima em decorrência da implementação de projetos socioeducativos, a escola tem sido sobrecarregada.

É importante salientar que a assistência social como política pública tem o objetivo de garantir a oferta mínima de proteção social àqueles segmentos específicos da população que dela necessitam; portanto, a assistência social aparece em diferentes áreas da atuação do Estado permeando horizontalmente todas as políticas sociais.

Na política de educação brasileira, a assistência social se expressa por meio de vários programas e projetos que visam atender às necessidades específicas dessa área,<sup>15</sup> e atualmente ocorre uma ampliação dessa intersetorialidade entre educação e assistência social por meio dos projetos sociais. Fato que confirma a importância da escola (e da família) como uma das instituições que exercem maior influência na formação social das crianças e dos adolescentes, e em decorrência desse

---

15 Os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia vinculada ao MEC, criada em 1968, têm a finalidade de captar recursos financeiros para projetos educacionais e de assistência ao estudante. Conforme Libâneo et al. (2002, p.183-8), desenvolve os seguintes projetos: Programa Nacional de Alimentação Escolar, suplementação alimentar aos alunos da educação pré-escolar e do Ensino Fundamental; Programa Nacional do Livro Didático: distribui livros didáticos aos alunos de 2<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental e devem ser reutilizados nos anos subsequentes; Programa Nacional Saúde do Escolar, prevê atividades educativas, preventivas e curativas de saúde para escolas de Ensino Fundamental. Esse programa também prevê a distribuição de materiais de higiene pessoal e primeiros socorros para alunos de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental. E também o Programa de Transporte Escolar, que repassa recursos para os municípios objetivando ampliar o Ensino Fundamental das escolas rurais garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola.

princípio é garantido, nas legislações vigentes, o direito à convivência familiar e o acesso à escola. Esses projetos prestam assistência social às famílias dos alunos tentando minimizar os problemas sociais que afastam as crianças e os adolescentes da escola, dados os altos índices de evasão escolar que repercutem negativamente na imagem do Brasil em relação aos organismos internacionais.

A existência de projetos sociais de outras políticas sociais, especialmente saúde e assistência social interligados à política de educação, explicita integração necessária entre diferentes áreas que atuam com esse segmento – criança e adolescente – para garantir um atendimento integral tendo como pressuposto que a criança e o adolescente são seres genéricos com necessidades físicas, sociais, emocionais, que precisam ser atendidas visando sua formação como sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente,<sup>16</sup> especificamente no Capítulo IV (que se refere ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer), aponta a necessidade de articulação da escola com a sociedade como parâmetro básico para garantir o acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola pública. Os artigos afirmam que a escola, juntamente com os pais ou responsáveis, deverá zelar pela frequência dos alunos, eliminando quaisquer entraves que possam interferir nesse processo.

A família e a escola assumem, portanto, posição central no que tange ao atendimento à criança e ao adolescente, como instituições educacionais essenciais no processo de socialização desse segmento populacional, como sujeitos de direitos e deveres perante a sociedade.

Considerando o arcabouço jurídico concernente à criança e ao adolescente, fica explícito que os projetos sociais que atendem essa faixa etária possuem como critério primordial o acesso, o ingresso e a perma-

---

16 O ECA, fundamentado em princípio básico da Doutrina de Proteção Integral, que considera a criança e o adolescente pessoas em processo de desenvolvimento e sujeitos de direitos civis, humanos e sociais (artigo 15, ECA), responsabiliza a família, a comunidade, a sociedade e o poder público, a função de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, artigo 4º).

nência com sucesso da criança e do adolescente na escola. Acredita-se que a família e a escola realmente sejam instituições importantes para a construção da autonomia e da cidadania das crianças e dos jovens, porém essa pode ser uma estratégia política para melhorar a condição da educação brasileira, que está aquém da expectativa dos organismos internacionais que monitoram a educação em escala mundial, defendendo, em última instância, os interesses do capital internacional.

Por sua vez, a Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentada em 1993,<sup>17</sup> traz em suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar que, segundo a Política Nacional de Assistência Social de 2004, é o reconhecimento das pressões socioculturais que as famílias brasileiras têm vivenciado nos últimos anos, acentuando suas fragilidades e contradições. Dessa forma, a proposta do Sistema Único de Assistência Social (Suas) é a centralidade da família no âmbito da assistência social “como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas precisa ser cuidada e protegida” (Brasil, 2004, p.42).

Dessa forma, a família, na condição de sujeito de direitos, é requisitada como fundamental alicerce das políticas sociais, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Orgânica de Assistência Social e a Lei de Diretrizes e Bases Nacional.<sup>18</sup>

---

17 Na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) de 1993 – a assistência social é garantida como direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas de quem dele necessitar (Loas, artigo 1º). Atendendo os princípios e diretrizes apregoados pela Loas (Brasil, 2004, p.33), é organizado o Sistema Único de Assistência Social (Suas), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulamentação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. “O Suas define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial e ainda, eixos estruturantes e de substituição” (Brasil, 2004, p.42).

18 Em relação à centralidade da família nas políticas sociais, é importante registrar as análises efetuadas por Miotto e Campos (2003) apontando que essas políticas têm

Correspondendo a essas inovações ocorridas nos últimos anos nas políticas sociais e especificamente na política de assistência social, a partir de 1995 tem havido inserções de programas sociais, ações que priorizam o atendimento à família, especialmente por meio da concessão direta de benefício monetário e especialmente a vinculação com a educação. Os programas mais difundidos são: Programa Nacional de Renda Mínima; Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Programa Auxílio-gás; Cadastro Único do Governo Federal, e mais recentemente, o Programa Bolsa Família (Lei n.10.836 de 2004), que tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do governo federal, que foram identificados na pesquisa.

Todos esses programas exigem contrapartida por parte dos beneficiários, relacionados em um termo de compromisso firmado por um membro da família. A contrapartida mais evidenciada refere-se à exigência do ingresso e permanência dos filhos em idade escolar obrigatória (Ensino Fundamental) na escola. É normalmente acompanhada pela exigência de uma frequência mínima de 80% nas atividades escolares.

Outro programa federal, com essa mesma diretriz, é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), cujo objetivo central é a redução do trabalho infantil e o incremento da escolaridade das crianças de famílias de baixa renda, fortalecendo estruturas de proteção à criança e ao adolescente e favorecendo a integração social das famílias envolvidas. O público-alvo desse programa é constituído por famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo e com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos.

---

uma orientação eminentemente “familista”. Esclarecem que essa, não sendo uma característica nova, é “parte da lógica político-econômica pautada nas agências internacionais, e há expectativa de que a família exerça um papel decisivo, até substituto, em relação ao acesso, cada vez mais incerto, ao sistema de direitos sociais” (ibidem). Miotto e Campos (2003) alertam, ainda, sobre a diminuição da capacidade protetora das famílias vinculadas ao empobrecimento acelerado da população brasileira nas décadas após ajuste estrutural. De forma geral, a família se encontra muito mais na posição de um sujeito ameaçado do que de instituição provedora esperada. Essa questão deve ser alvo de reflexões, que ultrapassam o escopo deste estudo.

Ressalta-se outro aspecto relevante explícito no reordenamento jurídico das políticas sociais e especificamente na política de assistência social e da educação, que ocorre após o advento da Constituição Federal de 1988: a descentralização político-administrativa das políticas sociais, desencadeando o processo de municipalização, particularmente da Política de Educação. De acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os municípios se incumbirão de oferecer Educação Infantil em creches e pré-escolas e o Ensino Fundamental, portanto, a gestão da educação referente a essas etapas de ensino estará sob a responsabilidade dos municípios.

De acordo com o cenário supracitado, a interface entre a política de educação e a política de assistência social ocorre por meio dos programas e projetos que atendem a crianças e adolescentes, constituindo-se em estratégias do governo que visem minimizar os altos índices de evasão escolar e de frequência irregular dos alunos. Destaca-se, porém, que esses projetos e programas, que têm como condicionalidade a escolaridade, incidem sobre o universo escolar de forma desarticulada e descolada do projeto pedagógico da escola.

Concomitantemente a esse processo, a ampliação do acesso das crianças e dos adolescentes à escola pública, em decorrência de todos esses fatores, acirra a presença das expressões da questão social que invadem o universo das instituições educacionais. Esse fato determina a aproximação dessas instituições com outras instâncias das políticas sociais e outros profissionais, entre eles o assistente social, com a finalidade de encaminhar possíveis soluções para as demandas sociais apresentadas no âmbito da educação.

A escola atualmente vem, portanto, se tornando uma instituição aberta, palco de vários projetos sociais de iniciativa governamental e não governamental, que propõem ações para responder à enorme gama de situações sociais. Situações essas que, apesar de não estarem circunscritas à educação, influenciam e determinam o desenvolvimento do processo pedagógico.

Dessa forma, encontram-se nas instituições educacionais profissionais da área da Saúde, da Assistência Social, da Segurança Pública, das Organizações Não Governamentais, além de voluntários e dos



próprios pais que são chamados a participar do processo de gestão da escola, mas que acabam assumindo diversas atividades, complementando as funções dos funcionários da escola. Esses profissionais e/ou voluntários desenvolvem ações para a prevenção e encaminhamento de diversas refrações da questão social tais como, entre outras, uso e tráfico de drogas; gravidez na adolescência; prevenção contra Aids e doenças sexualmente transmissíveis; prevenção contra o trabalho infantil e a violência doméstica; acompanhamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas ou estão em liberdade assistida.

A fala dos assistentes sociais sobre a questão descrita demonstra o quanto é necessário que o processo de articulação ocorra nas unidades escolares, conforme exposto:

Na escola, atualmente, existe uma avalanche de projetos, de ações, parece que a escola virou um corredor de passagem. A escola tem de lidar com campanhas disso e daquilo, desde as questões preventivas na área da saúde até drogas e violência doméstica e urbana. A gente sabe que, esclarecendo a criança, ela realmente leva muitas informações para casa. Tudo isso é importante, mas é preciso que haja uma coordenação, uma articulação destas ações para que realmente elas atinjam os seus objetivos. Neste aspecto, a contribuição do assistente social é essencial. (AS – P. Prudente)

Atualmente existe uma linha de mão dupla: tanto a escola precisa do apoio da rede de proteção social para atender seus usuários e responder efetivamente à sua função educativa, como as instituições que atendem a criança e o adolescente, nas mais variadas atividades de cunho socioeducativo ou de prestação de serviços assistenciais, precisam sintonizar-se com o processo educativo desencadeado pela instituição escolar.

Na perspectiva da totalidade, a interface entre as políticas sociais dos mais variados espectros, as quais são estrategicamente planejadas e operacionalizadas de forma fragmentada, deveria estar articulada. Nesse sentido, vislumbram-se nos textos jurídicos a relação da política

de educação com as políticas de assistência social e de atendimento a crianças e adolescentes, sendo a recíproca verdadeira.

Há várias questões nesse enlace, considerando a capacidade da educação de construir hegemonia e contra-hegemonia, num processo dialético, de acordo com o projeto político dos profissionais que operacionalizam as políticas sociais e as determinações da conjuntura sociopolítica do tempo presente.

Como já foi analisada, essa interface ocorre para responder às demandas do capital, possibilitando a ampliação da educação com a finalidade de preparar funcional e ideologicamente a força de trabalho de acordo com as exigências do “novo” mercado de trabalho. Mas, na trajetória histórica das políticas sociais, as contradições, os embates políticos de projetos societários opostos estão sempre em disputa e podem ser redimensionados, valorizando a educação como fundamental para a organização da cultura no espectro dos direitos, pois a escola sempre foi, e sempre será, um espaço contraditório, dinâmico e pode favorecer a formação de sujeitos individuais e coletivos numa perspectiva de protagonismo, emancipação e autonomia, conforme afirma o Código de Ética Profissional de 1993. O referido código :

[...] reafirma a conexão entre o projeto ético-político profissional e os projetos societários cuja teleologia comporta uma ética de emancipação humana, sua projeção ideal é orientada na direção da construção de uma sociedade que “propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (Cfess, 1993). (Barroco, 1999, p.130)

A prática profissional do assistente social encontra condições adversas impondo limites à efetivação dessa ética profissional, porém “essa questão não é exclusiva do Serviço Social: seu enfrentamento demanda uma articulação com outras profissões e com o conjunto dos trabalhadores, pois se trata de uma questão política” (ibidem, p.132).

A interface da educação com as demais políticas sociais e, especificamente, com a política de assistência social pode ser considerada

um avanço e um espaço de luta visando viabilizar a educação como direito social para um grande contingente da população que sofre as desigualdades e a exclusão que permeiam o ambiente escolar.

Partindo da perspectiva de atendimento integral a essa faixa etária, a articulação das políticas sociais, que se apresentam de forma dicotômica, é uma das atribuições do assistente social no sentido de garantir a qualidade dos serviços prestados pela política de educação para que o trabalho oferecido não fique aquém do arcabouço jurídico-político que sustenta o sistema regular de ensino atualmente.

A experiência vivida por um município exemplifica a importância do processo de articulação entre as políticas sociais, visando atendimento integral aos alunos e suas famílias, conforme exposto neste depoimento:

A educação tem que trabalhar articulada com as outras políticas sociais do município, considerando que a população atendida pela educação é a mesma atendida por outras políticas; os usuários percorrem os mesmos serviços. Aqui no município, nós, assistentes sociais, conseguimos a Rede Criança, que é uma parceria do município com o BNDS. Este trabalho existe desde 2000 e capacitou todas as pessoas que atuam com crianças e adolescentes das ONGs, visando uma articulação entre todos os serviços governamentais e não-governamentais. Existe inclusive um Conselho Gestor e nós – assistentes sociais da educação – fazemos parte deste comitê. (AS – Presidente Prudente)

Outro depoimento que complementa essa questão refere-se especificamente à integração da rede de ensino ao trabalho desenvolvido no município em relação à prevenção da violência doméstica, conforme descrito a seguir:

Alguns assistentes sociais que trabalham na secretaria da educação fazem parte da Comissão de Enfrentamento à Violência Infanto-juvenil que é uma iniciativa da promotoria, um trabalho realizado em parceria com as universidades e as secretarias municipais. Todas as secretarias que trabalham com este segmento – população infanto-juvenil – apresentam os projetos e ações que desenvolvem no sentido de prevenir a violência.

Há sempre debates e trocas de ideias. Aqui na secretaria nós também desenvolvemos ações neste sentido, em conjunto com os coordenadores pedagógicos. Isso demonstra a contribuição do assistente social no envolvimento com outras instâncias, fora da escola. (AS – Presidente Prudente)

Administrar a articulação desses diferentes programas e projetos sociais que incidem sobre o cotidiano das unidades educacionais, portanto, realmente foge à especificidade pedagógica, tornando-se uma das requisições postas para o serviço social na área da Educação Pública.

Evidencia-se na pesquisa a existência de inúmeros projetos sociais que são desenvolvidos no espaço escolar, o que, por si só, demonstra que a função social da escola tem sido redimensionada nos últimos anos, sendo considerada um importante e estratégico espaço para consolidar ações de cunhos preventivo e socioeducativo que protejam as crianças e adolescentes dos riscos sociais que emergem na sociedade contemporânea. Além disso, há projetos sociais que viabilizam a permanência dos alunos na escola, visando, em termos governamentais, garantir a mudança nos padrões da educação brasileira, que estava aquém dos índices mínimos internacionais, com estatísticas registrando elevado número de crianças e adolescentes fora da escola, evasão escolar e repetência.

Outro fator que desencadeou a necessidade de articulação da escola com a comunidade foi o novo paradigma da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil, regulamentada pelo ECA, tendo como premissa a proteção integral, como foi visto anteriormente. De acordo com essa perspectiva, o foco dessa política é a família e a escola, conforme afirmam os artigos 19 e 53 daquele estatuto. Portanto, a família e a escola passam a ser instituições essenciais em qualquer ação que envolva o atendimento de crianças e adolescentes.

O espaço escolar é propício para intervenções preventivas relacionadas ao universo infantojuvenil tais como sexualidade, drogas, violência doméstica e urbana, discriminações, incluindo as crianças e adolescentes que sofrem algum risco pessoal ou social, e adolescentes que estão em conflito com a lei em razão do seu comportamento perante a sociedade e precisam ser reeducados, processo que engloba a família e a escola.

É notória, por sua vez, a desarticulação existente entre as políticas sociais, que fragmentam os indivíduos de acordo com suas necessidades específicas, desvinculadas de uma visão de totalidade da vida humana. Nesse aspecto, o profissional assistente social tem como uma de suas especialidades o acúmulo histórico de conhecimento a respeito das políticas sociais além de uma formação generalista que lhe possibilita a visão da totalidade; portanto, pode facilitar a articulação das políticas sociais públicas e privadas intervindo nas mais variadas expressões da questão social, que possam estar influenciando o processo educativo desenvolvido na instituição educacional e na vida dos alunos.

Deve-se salientar que a articulação da política de educação e da assistência social é essencial especialmente no que tange aos projetos sociais que envolvam famílias, foco da assistência social, visando efetivar uma ação conjunta que incida sobre os resultados na melhoria de condições de vida dessas famílias.

Em última instância, essa perspectiva de intervenção profissional visa “a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (Cfess, 1993).